Sustentabilidade e Cidadania: uma questão política

Admara Schneider

Admara Schneider é Juíza Titular da 40ª Vara Civel da Capital e Integrante da Comissão de Sustentabilidade do TJRJ.



Foto: ASCOM TRE-RJ

Estes breves comentários resultam da reflexão sobre temas relativos ao crescimento populacional, desenvolvimento urbano, etc., bem como a problemática destas questões com a conservação ambiental, o desenvolvimento ecologicamente sustentável, cidadania e políticas públicas.

Discorreremos então sobre o que ouvimos e pensamos.

Num passado não muito distante, quando conversávamos sobre conservação ambiental, lembrávamos logo de indústrias e empresas cujo resultado de suas produções era emissão de gases e demais resíduos prejudiciais à saúde e ao meio ambiente. Esta preocupação ainda é vigente, mas a tecnologia vem operando em prol da humanidade.

Atualmente, quando falamos em conservação ambiental, o assunto passa inexoravelmente por sobre o conceito de desenvolvimento sustentável.

Então qual será este conceito? Muitos doutrinadores e técnicos procuram um conceito denso, prolixo, complexo sobre o assunto. No entanto, podemos, de forma simplificada, dizer que desenvolvimento sustentável é o conjunto de medidas necessárias para adequar a sobrevivência humana com conforto e dignidade sem prejudicar o meio ambiente.

Tal conceito, apesar de simples, está a revelar a necessidade premente de implementação de medidas de educação e conscientização.

Par e passo, é preciso exigir do Estado incentivo ao desenvolvimento imobiliário de baixa e média rendas, com projetos de estrutura de fornecimento de água, luz, esgoto, além de transporte público coletivo de preferência com uso de veículos não poluentes.

No entanto, o Estado nem sempre ou quase nunca, possui meios de promover tais políticas ou mesmo interesse em desenvolvê-las. Dai a necessidade de conscientização, educação e amadurecimento politico das comunidades, especialmente as desvalidas social e economicamente.

Aqui começa um verdadeiro desafio para a Justiça Eleitoral: conscientização do eleitor sobre sua cidadania.

O Estado como o conhecemos foi pensado como meio de evitar a barbarie assegurando igualdade, direitos fundamentais mínimos com liberdade de ir e vir, saúde, educação, conforto, segurança.

Porém, hoje, especialmente nas metrópoles do hemisfério sul, o Estado deixa de realizar, por uma serie de fatores, os deveres que lhe seriam essenciais.

Não pode passar ao largo a necessidade de conscientizar o eleitor acerca da absoluta essencialidade de qualificar os eleitos pela capacidade que terão de exercerem seus mandatos em prol do desenvolvimento sustentável.

Nesse diapasão preciso consignar quão lesivo pode ser a venda do ideal moral do cidadão pelo preço de bens ou favores. Talvez esse vício histórico tenha nos levado a situação atual de subordinação, subdesenvolvimento.

Podemos ver facilmente estes ajustes temporais e passageiros quando notamos que a propaganda eleitoral é feita de forma profissional. Não porque haja um expert em marketing e propaganda, mas porque o que carrega adereços o faz mediante paga.

Falta consciência, educação, ideologia, apreço...

É certo que nossos candidatos nem sempre atendem nossas expectativas em suas proposições ou mesmo ações efetivadas. Mas é necessário cada vez mais cientificar o cidadão do seu direito ao Estado protetor, criador de meios para uma vida digna, e isso so pode ocorrer se os legitimados assumirem seus cargos munidos dessa intenção.

Temos produção economicamente relevante a embasar desenvolvimento satisfatório desde que haja combate a corrupção e aos desvios de finalidade, o que somente poderá advir quando o eleitor souber que deve escolher o candidato não por haver feito um favor mas que seja aquele a exercer seu mandato em respeito a res publica.

Ao cidadão comum é importante apresentar ideias que repercutirão profundamente na mudança de sua qualidade de vida. Preciso que ele saiba que seu voto não deve ser trocado por nada a não ser verdadeiros e factíveis ideais de mudança que possam representar melhora significativa em sua vida.

Exigir que o candidato tenha intenção de melhorar politicas públicas de moradia, saneamento, saúde, educação, direitos básicos que reflitam dignidade do ser humano para esta e as gerações futuras, é lutar e buscar desenvolvimento sustentável de nossa pátria.

“Ao cidadão comum é importante apresentar ideias que repercutirão profundamente na mudança de sua qualidade de vida. Preciso que ele saiba que seu voto não deve ser trocado por nada a não ser verdadeiros e factíveis ideais de mudança que possam representar melhora significativa em sua vida. Exigir que o candidato tenha intenção de melhorar políticas públicas de moradia, saneamento [...]”

Exemplo sobremaneira paralisante diz respeito à constatação de que temos uma enorme população urbana à margem do desenvolvimento humano, sem água, saneamento ou esgotamento. Contudo, de forma paradoxal, possuem no interior de suas casas, algumas vezes simples “barracos”, eletrodomésticos e aparelhos eletroeletrônicos de última geração, cuja energia para funcionamento advém de ligações irregulares (gatos).

Vivemos numa sociedade capitalista, cuja existência se finca no consumo de bens. Temos o ser humano ávido por bens de consumo que lhe possam propiciar melhor qualidade de vida, conforto, acesso a informações, etc. É certo que o conforto constitui meta do desenvolvimento humano. Contudo, é necessário fazermos uma reflexão e adotarmos uma postura consciente, disseminando por meio da educação uma séria política de conscientização sobre cidadania e dignidade humana, bases do conceito Desenvolvimento Sustentável.

Estas eram as achegas que entendi pertinentes sobre o relevante e atual tema... ■